

FERNANDO ANTONIO MAIA DA CUNHA
ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO
Coordenação

DIREITO EMPRESARIAL

APLICADO

ALFREDO CABRINI SOUZA E SILVA	MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO
ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO	MARCELO BARBOSA SACRAMONE
ANDRÉA GALHARDO PALMA	MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
CARLOS ALBERTO GARBI	MARCOS CHUCRALLA MOHERDAUI BLASI
DANIEL CARNIO COSTA	MARIA RITA REBELLO PINHO DIAS
FERNANDO ANTONIO MAIA DA CUNHA	OCTAVIO WEICKER VALVERDE GUTIERREZ
JACQUES LABRUNIE	PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO
LUCAS AKEL FILGUEIRAS	RENATA MOTA MACIEL

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
SÃO PAULO, 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

FERNANDO ANTONIO MAIA DA CUNHA
ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO (COORD.)

Direito Empresarial Aplicado

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-064-5

1. Direito Comercial. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Societário.
4. Direito Falimentar. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

PREFÁCIO, 13

NOTA DOS COORDENADORES, 17

RETROSPECTIVA DO DIREITO SOCIETÁRIO EM 2020, 21

Fernando Antonio Maia da Cunha & Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

1. Inovações Legislativas e Regulamentares	21
2. Destaques nos Tribunais	25
3. Destaques na Comissão de Valores Mobiliários.....	27
4. Conclusão	28

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES, 29

I

A MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM INSTRUMENTO ADEQUADO A EMPRESAS EM CRISE?, 35

Andréa Galbarido Palma

Introdução	35
1. O Sistema Multiportas e os Diferentes Métodos Alternativos	37
2. As Peculiaridades da Recuperação Judicial e sua Compatibilidade com o Instituto da Mediação.....	46
3. Alguns Casos Bem Sucedidos no Brasil.....	55
4. Os Entraves Culturais e Estruturais.....	59
5. A Importância de uma Política Nacional de Incentivo ao uso das ADRs.....	61
Conclusão	62
Referências Bibliográficas	63

II

O GRUPO DE SOCIEDADES E A INSOLVÊNCIA – UMA ABORDAGEM COMPARATIVA EM FACE DA LEI Nº 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020, 67

Carlos Alberto Garbi

1. Introdução	67
2. O Grupo de Sociedades como Unidade Econômica na Insolvência e o Tratamento Adequado à sua Fenomenologia Plurissocietária	69
3. A Questão das Garantias e Relações Cruzadas.....	78
4. Responsabilidade da Sociedade Dominante pelas Obrigações da Sociedade Dependente nas Relações de Grupo e a Questão da Desconsideração da Personalidade Jurídica	81
5. A Sociedade de Grupo na Insolvência – Uma Visão Comparativa	88
6. Consolidação Processual	100
7. Consolidação Substancial	105
Referências Bibliográficas.....	129

III

OS MECANISMOS DE PRÉ-INSOLVÊNCIA COMO ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA DE TRATAMENTO DA CRISE DA EMPRESA, 133

Daniel Carnio Costa

Referências Bibliográficas.....	145
---------------------------------	-----

VI

O TRATAMENTO DAS GARANTIAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. QUESTÕES CONTROVERTIDAS, 147

Fernando Antonio Maia da Cunha & Octavio Weicker Valverde Gutierrez

1. Breve Introdução	147
2. A Atuação do Poder Judiciário na Insolvência.....	149

3. Bens de Capital Essenciais à Continuidade da Atividade Empresária	150
4. Higiene das Garantias: Controvérsias Envolvendo a Liberação e a Renúncia.....	158
4.1. A Renúncia Tácita do Credor pela Execução de Bens Diversos dos Constantes da Garantia	159
4.2. A Liberação da Garantia pela Devedora Através do Plano de Recuperação Judicial.....	163
5. Conclusão	169
6. Bibliografia	172

V

PROPRIEDADE INTELECTUAL EM MOVIMENTO: ATUALIDADES CONJUNTURAI E JUDICIAIS EM MATÉRIA DE PATENTES, 173

Jacques Labrunie & Marcos Chucralla Moherdau Blasi

1. Introdução	173
2. Patentes: Aspectos Essenciais	175
3. Atualidades Conjunturais em Matéria de Patentes: Combatendo o <i>Backlog</i>	178
4. Atualidades Judiciais em Matéria de Patentes	179
4.1. Possibilidade de se Arguir Nulidade como Matéria de Defesa	180
4.2. Ação de Nulidade como Prejudicialidade Externa	184
4.3. Possibilidade de Ação de Nulidade de Patente Expirada	189
5. Breves notas conclusivas	194
Referências Bibliográficas	196

VI

ATUALIDADES NO DIREITO SOCIETÁRIO ARBITRAL, 199

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto & Octavio Weicker Valverde Gutierrez

1. Introdução	199
2. Extensão e Aplicabilidade da Cláusula Compromissória na Visão dos Tribunais	199

3. Responsabilização da Própria Companhia por Prejuízos Causados pelos Acionistas e/ou Administradores.....	208
4. Bibliografia	213

VII

A LEGITIMIDADE PASSIVA NAS DISSOLUÇÕES PARCIAIS E APURAÇÃO DE HAVERES, 215

Lucas Akel Filgueiras

1. Introdução	215
2. As Ações de Dissolução Parcial de Sociedade.....	217
A Ação de Dissolução Parcial <i>Stricto Sensu</i>	217
Ação de Dissolução Parcial para Exclusão de Sócio/Acionista	221
Ação de Dissolução Parcial para Apuração de Haveres	223
3. O Polo Passivo nas Ações de Dissolução Parcial e nas Ações de Apuração de Haveres na Vigência do CPC de 1973	227
4. O Regime do CPC de 2015.....	229
5. Além da Legitimidade Passiva: A Responsabilidade dos Sócios Remanescentes	233
6. Conclusões.....	237
Referências Bibliográficas.....	238

VIII

A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES OU QUOTAS E A POSIÇÃO JURÍDICA DO CREDOR FIDUCIÁRIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE: VOTO E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO, 239

Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	239
2. A Alienação Fiduciária em Garantia no Direito Brasileiro e a Posição Jurídica do Credor Fiduciário em Geral	240
3. A Alienação Fiduciária de Ações e Quotas e a Posição Jurídica do Credor Fiduciário Perante o Direito Societário.....	244
4. A Alienação Fiduciária de Quotas no Direito Concursal: Inaplicabilidade ao Fiduciário dos arts. 43 e 83, VIII, B, da LRF.....	248

5. O Interesse do Credor na Preservação da Substância da Garantia e o seu Poder de Voto no Concurso	251
6. A Renúncia à Propriedade Fiduciária e os seus Efeitos	255
7. Síntese Conclusiva (Súmula)	256
8. Bibliografia	257

IX

GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO MEIO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 261

Marcelo Barbosa Sacramone & Alfredo Cabrini Souza e Silva

Introdução	261
I. Governança Corporativa	262
II. Meios de Recuperação Judicial Ligados à Governança Corporativa	267
III. Análise Jurimétrica	269
IV. A Negociação Coletiva	273
Conclusão	277
Bibliografia	278

X

JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL SOB A PERSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA, 281

Maria Rita Rebello Pinho Dias

XI

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA NÃO EMPRESÁRIOS, 305

Manoel Justino Bezerra Filho

I. Advertência Inicial Indispensável	305
II. Introdução	306
III. Da Legislação Aplicável	307
IV. Da Hermenêutica Aplicável	308

V. Da Situação Atual da LREF, com Constante “Concerto” pela Jurisprudência	309
VI. Do Princípio que Norteia o art. 1º da LREF	310
VII. Da Teoria da Empresa e da Situação da Associação	313
VIII. Do Registro na Junta Comercial.....	316
IX. Da Figura do Agente Econômico	317
X. Algumas Conclusões (Parciais) Já Possíveis	318
XI. Da Conhecida Recuperação Judicial da Casa de Portugal	320
XII. Da Recuperação Judicial da Associação Educacional Luterana do Brasil – AELBRA	323
■II. Da Principiologia da Lei Segundo a Jurisprudência do STJ.....	325
■V. Do Art. 44 do CC e da Eireli.....	326
XV. Do Caso da Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro.....	327
XVI. Conclusão	329
Bibliografia	329

XII

O PEDIDO DE FALÊNCIA PELO FISCO, 331

Paulo Furtado de Oliveira Filho

1. Introdução	331
2. O modelo de tratamento da crise empresarial adotado no Brasil	331
O Pedido de Falência pelo Fisco: Doutrina e Jurisprudência.....	336
3. Conclusão	340
Referências Bibliográficas	340

XIII

AFINAL, PARA QUE SERVE A CONSTATAÇÃO PRÉVIA PREVISTA NA LEI Nº 11.101/05? 341

Renata Mota Maciel

I. Introdução.....	341
II. Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial: Juízo de Admissibilidade e a Função do Juiz	342

III. A Utilidade da Constatação Prévia ao Deferimento da Recuperação Judicial.....	353
IV. A Eficiência da Recuperação Judicial como Fundamento para a Realização da Constatação Prévia: Primeiras Reflexões.....	357
Referências	362

Fernando Antonio Maia da Cunha
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
(Coordenadores)

DIREITO
EMPRESARIAL
APLICADO
VOL. 2

SÃO PAULO
2022



Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

REVISÃO: Graziela Reis e Amanda Dorth

REVISÃO TÉCNICA: Douglas Magalhães

DIAGRAMAÇÃO: Pablo Madeira

CAPA: Gustavo André

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Fernando Pereira

Valéria Pucci

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito Empresarial aplicado – vol. 2 / Fernando Antonio Maia da Cunha, Alfredo Sérgio Lazzareschi (coordenadores). -- São Paulo : Editora Contracorrente, 2022.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5396-003-9

1. Direito Empresarial 2. Direito Empresarial – Brasil I. Cunha, Fernando Antonio Maia da. II. Lazzareschi, Alfredo Sérgio.

22-104442

CDU-34:338(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito Empresarial 34:338(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

 @editoracontracorrente

 Editora Contracorrente

 @ContraEditora

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	9
HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR JOSÉ ARALDO DA COSTA TELLES	15
NOTA DOS COORDENADORES - VOLUME 2	17
PREFÁCIO	19
CAPÍTULO I - UM OLHAR JUDICIAL SOBRE O DISPOSITIVO DAS SENTENÇAS ARBITRAIS	
Andréa Galhardo Palma	23
CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPETÊNCIA NA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto e Octavio Weicker Valverde Gutierrez	43
CAPÍTULO III - SUJEIÇÃO DE CRÉDITOS AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA E HABILITAÇÃO COMPULSÓRIA	
Daniel Carnio Costa e João de Oliveira Rodrigues Filho	59

**CAPÍTULO IV - A REFORMA DA LEI DE
RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS: ALTERAÇÃO
NA RELAÇÃO DE FORÇAS COM REFLEXOS NO
APRIMORAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO**

Eduardo Azuma Nishi 71

**CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA
DISSOLUÇÃO DAS SOCIEDADES EM CONTA DE
PARTICIPAÇÃO**

**Fernando Antonio Maia da Cunha e Octavio Weicker
Valverde Gutierrez** 97

**CAPÍTULO VI - A NULIDADE DA SENTENÇA
ARBITRAL POR VIOLAÇÃO AOS LIMITES DA
CONVENÇÃO**

Hamid Bdine e Hamid Bdine Neto 111

**CAPÍTULO VII - A CONCORRÊNCIA DESLEAL E O
DIREITO CONCORRENCIAL**

Luís Felipe Ferrari Bedendi 127

**CAPÍTULO VIII - ASPECTOS MATERIAIS E
PROCESSUAIS DO REGIME DE INVALIDADES
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE SOCIEDADE ANÔNIMA**

Maíra de Melo Vieira Temple 145

**CAPÍTULO IX - NORMAS DE ESTABILIZAÇÃO
DOS CONFLITOS NO PROCESSO FALIMENTAR:
POTENCIAIS EFEITOS PARA AUMENTO DA SUA
CELERIDADE E EFETIVIDADE**

Maria Rita Rebello Pinho Dias 201

**CAPÍTULO X - PEQUENAS ANOTAÇÕES
SOBRE A NOVÍSSIMA LEI DAS *STARTUPS* (LEI
COMPLEMENTAR 182/2021)**

Marcello do Amaral Perino 229

CAPÍTULO XI – HABILITAÇÃO DE CRÉDITO E A SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Marcelo Barbosa Sacramone e Gabriel de Orleans e Bragança 251

CAPÍTULO XII – EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA IMOTIVADO E CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DE HAVERES: CORRELAÇÃO NECESSÁRIA?

Maurício Pessoa e Renata Mota Maciel 269

CAPÍTULO XIII – NOVAS JURISDIÇÕES PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Paulo Dias de Moura Ribeiro 309

CAPÍTULO XIV – CRÉDITOS TRABALHISTAS E EQUIPARADOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA: PANORAMA GERAL E ESTUDO SISTÊMICO

Paulo Roberto Grava Brazil 329

CAPÍTULO XV – A RELATIVIDADE DO PRINCÍPIO DA MANUTENÇÃO DO CAPITAL E A TIPOLOGIA DA LEI DAS S.A. SOBRE REORGANIZAÇÃO

Peter Christian Sester 387

CAPÍTULO XVI – DEVER DE REVELAÇÃO DO ÁRBITRO: DIREITO SUBJETIVO DAS PARTES OU DISCRICIONARIEDADE DO ÁRBITRO?

Andréa Galhardo Palma e Renato de Toledo Piza Ferraz 401

CAPÍTULO XVII – NOTAS SOBRE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA LEI N. 11.101/2005

Sérgio Seiji Shimura 449